A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Marcela Lopes Lima¹

Fábio Lasserre Sousa Borges²

RESUMO

O Novo Código de Processo Civil, lei nº 13.105/2015, apresenta inovações processuais significativas com o fim precípua de assegurar o respeito aos direitos fundamentais instituídos na Constituição Federal de 1988, sendo essenciais e basilares ao ser humano, bem como, os princípios concernentes ao processo, tais como a razoável duração do processo, a segurança jurídica e a efetividade. Por intermédio do presente estudo tem-se como objetivo analisar o novel instituto da estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente, instituída pelo Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), bem como, verificar se a natureza jurídica desta equipara-se a coisa julgada. Visando perquirir o tema, faz-se necessário discorrer sobre a tutela provisória (gênero) e suas espécies, as características da estabilização e ainda os consequentes efeitos processuais que poderão ser percebidos. Para a realização desta investigação científica será utilizado como instrumento de conhecimento acerca do assunto, a pesquisa bibliográfica, doutrinas específicas e jurisprudências dos tribunais.

Palavras-chave: Novo Código de Processo Civil. Tutela antecipada em caráter antecedente. Estabilização. Coisa Julgada.

¹ Acadêmica do nono período de Direito, pela Universidade de Rio Verde, Campus Caiapônia, GO.

² Orientador Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento pela PUC-GO. Professor da Universidade de Rio Verde Campus Caiapônia.

INTRODUÇÃO

O objetivo do legislador ao instituir o Novo Código de Processo Civil, Lei Federal nº13.105/2015, fora simplificar os procedimentos, reduzir a complexidade do sistema e desse modo, garantir que o direito de ação seja efetivo em relação à demanda pretendida. (BRASIL, 1988).

Dessa maneira, ocorrera inovação significativa concernente às tutelas jurisdicionais, principalmente no que diz respeito, ao perecimento do direito daquele que necessita do judiciário de forma urgente. Uma dessas novidades encontra-se prevista no artigo 304 do Novo CPC, a estabilização da tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente, sendo que, uma vez concedida conforme o artigo 303 pelo Estado-juiz, e não havendo a interposição de recurso pelo réu, a tutela se estabiliza. Após a referida estabilização, o processo é extinto e as partes gozam de um período de dois anos, da ciência da decisão que extinguiu o processo, para propor ação autônoma destinada a rever, reformar ou invalidar os efeitos da decisão outrora proferida.

Nesses moldes, por intermédio do presente estudo pretende-se desenvolver análise acerca do tema: a estabilização da tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente, culminando na seguinte problemática: A tutela de urgência antecipada em caráter antecedente, uma vez estabilizada e transcorrido *in albis* o biênio (dois anos) sem o ajuizamento de ação autônoma destinada a rever, reformar ou invalidar a aludida decisão, equipara-se à coisa julgada material ou trata-se de decisão meramente terminativa?

Se, o prazo de dois anos após a estabilização, findou *in albis*, ou seja, nenhuma das partes ajuizou ação autônoma que tem o condão de rever, reformar ou invalidar a decisão da tutela antecipada outrora proferida, a estabilidade adquirida não é mais passível de discussão, se torna inalterável. Dessa forma é imperativo concluir que há coisa julgada material, pois os efeitos da decisão tornaram-se irreversíveis.

Concedida a tutela provisória antecipada em caráter antecedente e não havendo a interposição de recurso pelo réu, a decisão estabiliza-se e o processo é extinto; ocasião esta, que o Novo CPC em seu artigo 304 § 6º considera não haver coisa julgada, mesmo porque permite que posteriormente as partes promovam ação autônoma, diferente da ação rescisória (própria da coisa julgada). Transcorrido o prazo de 2 anos sem a propositura da ação

autônoma, a decisão se torna indiscutível e é nesse momento é que se opera a coisa julgada material.

O que se torna indiscutível pela coisa julgada, em determinado processo, está relacionado ao conteúdo da decisão, ao direito material discutido e não aos seus efeitos. Portanto, ocorre o fenômeno da estabilização apenas dos efeitos da decisão e não de seu conteúdo, podendo este ser rediscutido em uma nova ação após os dois anos.

Não há como falar em coisa julgada em procedimento simplificado, pautado em cognição sumária ou pela probabilidade de um direito, visto que a coisa julgada material acarreta efeitos irreversíveis ao processo. Pelos motivos expostos, coisa julgada está para cognição exauriente.

A estabilidade gerada após o decurso do prazo bienal não se trata de coisa julgada material. Há na realidade, uma estabilização qualificada e *sui gêneris*, que impede que o tema seja rediscutido, dando segurança jurídica ao processo. Estabilização e coisa julgada são dois institutos totalmente diversos.

O acesso à justiça encontra respaldo no artigo 5.º, XXXV da Constituição Federal de 1988, que aduz: “a lei não excluirá da apreciação do judiciário, lesão ou ameaça a direito” e o princípio da razoável duração do processo: art. 5.º, LXXVIII, “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação” (incluído pela emenda 45).

O direito de acesso à justiça e de garantia à razoável duração do processo são reconhecidos como direitos humanos e nos Estados Democráticos são direitos fundamentais baseados na isonomia, na celeridade processual e na efetividade das decisões judiciais, pois não basta que o cidadão recorra à jurisdição, sendo indispensável que alcance solução justa e eficaz por meio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Todavia, a morosidade representa severo e incomensurável problema presente no poder judiciário brasileiro. A lentidão no julgamento dos processos acarreta descrédito do jurisdicionado perante a instituição judiciária, por não ver concretizado em tempo hábil a resolução dos litígios.

O Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, buscou harmonizar as garantias constitucionais do Estado Democrático de Direito com as necessidades subjacentes da sociedade e assim obter um grau mais intenso de funcionalidade.

Preocupou-se com questões pragmáticas, com o condão de obter um processo menos complexo, mais simplificado, célere e justo.

O legislador buscou esclarecer de forma positivada que a resposta do poder judiciário deve ser rápida não só em circunstâncias em que a urgência emana do risco de eficácia do processo e do ocasional perecimento do direito, mas também em hipóteses em que as alegações da parte sejam evidentes.

Prestigiou-se ainda o Princípio da segurança jurídica que objetiva proteger e preservar as justas expectativas das pessoas, buscando efetividade às garantias constitucionais, evitando surpresas aos jurisdicionados.

Nada obstante, o Novo Código de Processo Civil trouxe nova roupagem mais instrumental ao processo, uma visão moderna ancorada em princípios basilares expostos na Constituição Federal de 1988 e que por vezes são desrespeitados.

Expostas as devidas considerações, que são de grande relevância ao tema suscitado, qual seja: a estabilização da tutela de urgência antecipada concedida em caráter antecedente; insta salientar que se trata de um novel instituto de direito processual civil, um instrumento ou técnica processual que tem o escopo de potencializar a celeridade em tempos de extrema morosidade e dar efetividade às pretensões jurisdicionais conforme as disposições elencadas na Carta Magna.

2 ACESSO À JUSTIÇA E EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Desde os primórdios os seres humanos se inter-relacionam e dessa interação surgem conflitos das mais diversas nuances. Por conseguinte, há a necessidade de resolução de litígios para a manutenção da paz social. Como regra, no Estado Democrático de Direito observado no Brasil é proibida a autotutela (vingança privada), o Estado assumiu a incumbência de dirimir os conflitos por meio do poder judiciário e, aplicar o direito ao caso concreto através da jurisdição.

O artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988 consagra o Princípio do acesso à justiça que também pode ser chamado de Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, o qual além de configurar garantia é também direito fundamental. Assevera que: “a lei não excluirá da apreciação do poder judiciário, lesão ou ameaça a direito”. (BRASIL,

1988). Todavia, não basta acesso ao judiciário, antes, é necessário que a atividade jurisdicional garanta meios efetivos àqueles que buscam a fruição de seus direitos. Nesse sentido, Cappelletti e Garth (2002, p.05, *grifo nosso*) aduz: “O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que **pretenda garantir, e não apenas proclamar** os direitos de todos”.

Portanto, o Estado, por intermédio do poder judiciário, tem o dever de prestar tutela jurisdicional de qualidade e atender os reclamos da sociedade ampliando a garantia de acesso à justiça, criando meios adequados de facilitação e efetividade durante o desenvolvimento da dialética processual.

Na seara processual os males causados pelo tempo pode ser fator preponderante na inviabilização ao acesso pleno à justiça. Como bem assevera Marinone (2007, p.18): “quanto maior a demora do processo, maior é o dano imposto às partes”. Nesse sentido, é bastante simbólica a expressão de Carnelutti (1995), para quem o tempo é um inimigo do processo, contra o qual o juiz deve lutar incessantemente. O prolongamento injustificado do processo pode mudar uma situação em concreto e causar a perda do direito do litigante que tinha razão.

Corroborando com o mesmo entendimento, o renomado doutrinador Scarpinella et al. (2018, p.88), expõe a seguinte observação:

Importante salientar que a concessão de tutela jurisdicional intempestiva pode conduzir, até mesmo, à perda do interesse processual superveniente, além de ensejar o descrédito do poder judiciário e a deformação da acepção que se tem acerca do processo, que, de meio de solução de controvérsias, pode passar a método de perpetuação de conflitos.

Tendo em vista a inafastabilidade do poder judiciário, a duração razoável do processo e o devido processo legal, o legislador tem criado técnicas constituídas em cognição sumária com o objetivo de agilizar a prestação jurisdicional. Conforme afirma Bedaque (2006, p.121), há uma “eterna luta do sistema processual contra o tempo”. Esse mesmo autor também aduz que:

Em substituição ao longo processo de cognição plena, com todas as garantias a ele inerentes, surge a ideia de uma tutela mais rápida, com cognição limitada, que possibilita à parte obter antecipadamente o resultado da atuação jurisdicional. Afirma-se, mesmo, que o futuro do processo civil será dominado pelos provimentos urgentes e provisórios. (BEDAQUE, 2006, p. 119).

Nesse diapasão, um sistema processual efetivo presta uma tutela jurisdicional capaz de viabilizar a concretização do bem da vida requerido, respeitando os Princípios constitucionais. Entretanto, o processo significa mais que um simples instrumento composto por atos concatenados, mas sim, um meio eficaz e equânime na busca pela ordem jurídica justa.

Pelos motivos expostos e em virtude da vastidão de demandas processuais que se expandem cada vez mais no âmbito do judiciário, o legislador aprimora o ordenamento jurídico trazendo mudanças significativas aptas a tutelar tempestivamente os direitos dos cidadãos.

3 DA TUTELA PROVISÓRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, divide a tutela jurisdicional civil em tutela definitiva e provisória. Segundo Lamy (2018), a tutela jurisdicional definitiva é aquela que tem por finalidade a resolução do mérito da causa e a tutela provisória baseia-se na urgência, evidência e no cumprimento provisório da sentença.

O pós-doutor e doutrinador Fredie Didier (2016, p. 575) apresenta definição do que é tutela definitiva: “É aquela obtida com base em cognição exauriente, com profundo debate acerca do objeto da decisão, garantindo-se o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. É predisposta a produzir resultados imutáveis, cristalizados pela coisa julgada”.

O Novo CPC dispõe de capítulo destinado à tutela provisória, sendo dividida em tutela provisória de urgência (antecipada e cautelar) e da evidência.

A tutela provisória é uma técnica processual que tem por objetivo antecipar a prestação jurisdicional. Fredie Didier (2016) explana algumas características inerentes à provisoriedade: é sumária, pois o juiz decidirá a partir de um juízo de probabilidade e superficialidade dos fatos; e é precária, por que apesar de conservar sua eficácia ao longo do processo, poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo.

Cumprir explicar o que vem a ser cognição, que segundo o douto processualista Watanabe (2012), trata-se de técnica de conhecimento, em que o juiz por meio de análise processual, valoração das alegações das partes e das provas produzidas formará juízo de valor sobre as questões aventadas no processo.

A cognição se divide em duas, a exauriente e a sumária. A exauriente, é um procedimento dotado de maior complexidade por abarcar grande quantidade de fatos e que por esse motivo despende maior tempo. Dessa forma:

As tutelas calcadas em cognição exauriente e plena, portanto, na medida em que resultam de vasta dilação probatória, bem como de ampla discussão e valoração dos seus resultados, aparecem como instrumento por excelência do princípio da segurança jurídica. De acordo com ele, só se permite a invasão na esfera de direitos do sujeito após ter tido ele franca possibilidade de alegar suas razões, produzindo as provas tendentes a confirmá-las. (ZAVASCKI, 1995, p.85).

A cognição sumária, por sua vez, trata-se de uma técnica processual baseada em um juízo de probabilidade do direito.

Conforme Alvim (2017), por meio dos provimentos provisórios, constituídos por cognição sumária, o juiz tem conhecimento superficial dos fatos, que serão aprofundados no decorrer do processo e antes da sentença, ressalvados os casos de estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. Para ele, a possibilidade de o juiz decidir antes da cognição exauriente, tendo por base um juízo de probabilidade do direito, decorre da necessidade da parte autora, e se assim não fizesse estaria denegando a prestação jurisdicional, pois o direito poderia perecer.

3.1 ESPÉCIES DE TUTELA PROVISÓRIA

Segundo o art. 294 do Novo CPC, do livro V, parte geral, a tutela provisória poderá fundamentar-se em urgência e evidência. No parágrafo único seguinte, estabeleceram-se as espécies de tutela de urgência, quais sejam: a cautelar e a antecipada. Estas que podem ainda ser classificadas em antecedente ou incidental. Sobre a tutela provisória de evidência o código não atribuiu outras espécies.

Segundo Humberto Theodoro Junior (2016), as tutelas provisórias têm por objetivo combater os riscos inerentes à espera processual, que pode ocasionar injustiça ou dano à parte que se encontre em situação de vantagem em relação ao direito material (*fumus boni iuris*). Caso referido indivíduo tivesse que esperar pelo procedimento comum e não dispusesse de provimentos imediatos, restaria privado em seu gozo ou veria seu direito perecer por aguardar o curso normal do processo (*periculum in mora*).

Segundo Wambier e Talamine (2016), a tutela de urgência será concedida quando forem demonstrados elementos que indiquem a probabilidade do direito (*fumus boni iuris*), bem como, o perigo na demora da prestação jurisdicional (*periculum in mora*); já a tutela de evidência, no que lhe concerne, dispensa a demonstração de *periculum in mora*, pois existe intensa probabilidade de procedência da pretensão formulada. Segundo Humberto Theodoro Junior (2018, p.647):

[...] A tutela da evidência, que tem como objetivo não propriamente afastar o risco de um dano econômico ou jurídico, mas, sim, o de combater a injustiça suportada pela parte que, mesmo tendo a evidência de seu direito material, se vê sujeita a privar-se da respectiva usufruição, diante da resistência abusiva de seu adversário.

No que tange à tutela de urgência, verifica-se duas formas: a antecipada e a cautelar. Segundo Elpídio Donizete (2018, p.539):

Embora distintas na essência, não se pode olvidar que tanto a tutela antecipada quanto a cautelar derivam do mesmo gênero, qual seja, a tutela jurisdicional de urgência e, em última análise, visam o mesmo objetivo: evitar que os efeitos do tempo possam causar dano ao direito da parte, seja porque ela não pode usufruir desse direito num tempo útil, seja porque o direito, pela demora na prestação jurisdicional, veio a perecer.

Nessa linha de pensamento, Scarpinella et al. (2018) alude que a tutela antecipada não se confunde com a cautelar, pois ela concede desde já o pedido formulado pela parte. A contraposto, a tutela cautelar se limita a assegurar o resultado útil e eficaz da demanda processual. Coadunando com essa ideia, Dinamarco (2004) explica que a diferença entre as duas espécies pode ser vista em relação ao processo e ao sujeito: quando o mal circunda o processo, o remédio é a cautelar, quando ao sujeito a tutela antecipada. De acordo com Nelson Nery Jr e Rosa Nery (2015) a tutela cautelar visa assegurar o resultado prático do processo e viabilizar a realização do direito afirmado pelo autor, e a antecipada acelerar o provimento jurisdicional pleiteado ou seus efeitos.

As tutelas de urgência, antecipada e cautelar, podem ainda, segundo o artigo 294 do CPC/2015, ser suscitadas na forma antecedente e incidental. Essa classificação considera o momento da petição provisória.

Nesta esteira, Didier Jr., Braga e Oliveira (2016, p.585), corroboram ao considerar que incidental: “É requerimento contemporâneo ou posterior à formulação do pedido de tutela definitiva: o interessado ingressa com um processo pleiteando, desde o início, tutela provisória e definitiva e, no seu curso, pede a tutela provisória”. De outro modo, no que tange à antecedente, o mesmo autor aduz que (2016, p.586) “é requerimento anterior à formulação

do pedido de tutela definitiva e tem por objeto adiantar seus efeitos (satisfação ou acautelamento). Primeiro pede-se a tutela provisória; posteriormente, pede-se a tutela definitiva”.

Portanto, a tutela provisória de urgência antecedente é requerida liminarmente, *inaldita altera parte* (sem ouvir o réu) e a incidental pode ser requerida ou concedida a qualquer tempo no processo.

4 TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Em prestígio ao que preconiza o Princípio ao acesso à justiça, o Novo Código de Processo Civil, em seus artigos 303 e 304, disponibiliza procedimento antecipado e simplificado para o requerimento da tutela provisória antecipada de urgência. São instituídos procedimentos menos complexos para concessão da tutela provisória que antecipam os efeitos da decisão final com possibilidade de estabilização. Segundo a inteligência do art. 303 do mencionado códex:

Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e a indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

O doutrinador Elpídio Donizete (2017), menciona que tal possibilidade ocorre quando a urgência é de tal ordem que não daria tempo de aguardar o ajuntamento de provas e a elaboração completa da petição inicial. O simples feitio da petição com base nos requisitos dos artigos 319 e 320, já seria óbice ao direito pleiteado.

De acordo com Oliveira Neto, Medeiros e Oliveira (2015, p. 642), no que tange a apresentação simplificada do pedido, entendem que:

Não há necessidade de tecer profundas considerações acerca de como se deram os fatos ou de quais os direitos do autor que estão sendo violados, bem como de apresentar minúcias acerca do contexto que deve ser compreendido como uma ameaça ao direito que alega possuir. Basta que o autor se faça inteligível, embora de forma simples, para que estejam preenchidos os requisitos. Posteriormente, sendo necessário, quando do aditamento da petição simplificada, os detalhes serão esclarecidos.

Nos termos do artigo 303, §4º e §5º, do CPC/2015, na petição inicial, ainda deve constar, o valor da causa, bem como a exposição de que se pretende valer do requerimento na forma antecedente. Desse modo, o autor estaria declarando a possibilidade de extinção do feito, dispensando uma cognição mais aprofundada e uma sentença de mérito.

Muitas vezes, o simples deferimento da tutela provisória com vistas no artigo 303, poderia satisfazer as partes: polo ativo e passivo da ação, não sendo necessário dar prosseguimento ao feito. Como exemplo, cita-se caso corriqueiro de usuário de plano de saúde que necessita de cirurgia para retirada de nódulo maligno. Uma vez concedida pelo Estado-juiz a antecipação da tutela e imediata realização da cirurgia, é possível que tanto o usuário quanto a operadora do plano de saúde se satisfaçam com a provisoriedade da concessão, e assim não haja necessidade de prolação de decisão de mérito.

Todavia, o magistrado deve averiguar cada caso para que não incorra em erro crasso. Conforme prenuncia Misael Montenegro Filho (2018), o juiz deve levar em consideração as condições patrimoniais, econômicas e financeiras daquele que busca provimento jurisdicional de forma urgente, a fim de garantir indenização a parte contrária, caso posteriormente não seja deferida a tutela provisória em definitivo.

Portanto, o magistrado deve se valer do Princípio da proporcionalidade e razoabilidade, comparando os bens jurídicos envolvidos no processo. No caso exposto alhures, a negativa da prestação jurisdicional por parte do plano de saúde (réu) pode causar dano irreparável ao autor da ação, consistente na perda da vida. A vida nesse caso, é bem de maior significação frente às condições financeiras do autor para que reembolse o plano de saúde futuramente.

Para que o magistrado disponha de juízo de certeza em relação a demanda pretendida, poderá se valer ainda, da audiência de justificação prévia e assim decidir se existem meios concretos para deferir o pedido liminarmente (*inaudita altera parte*), mediante o artigo 300, §2º do atual código de processo civil o que gera maior segurança decisória.

Havendo a concessão da medida, o juiz determinará a intimação do autor, que poderá, caso haja interesse, aditar a petição inicial (art. 303, §1º, I, CPC), nos mesmos autos, sem incidência de novas custas processuais (art. 303, §3º, CPC). Por esse motivo, o valor da causa que foi consignado na petição inicial também deve constar no pedido de tutela final.

Segundo Fredie Didier (2016), por meio do aditamento, o autor complementarará sua causa de pedir, confirmará o pedido de tutela definitiva indicado a priori (ratificará) e juntará

outros documentos que julgue indispensáveis ou úteis para que o juiz aprecie a demanda. O prazo para o aditamento é de 15 dias ou outro que o juiz assim fixar, sob pena de indeferimento e extinção do processo sem resolução de mérito (art. 303, §1º, I, § 2º, CPC).

Para Eduardo Alvim (2017), esse aditamento constitui verdadeiro ônus do autor, pois sua inobservância implica a extinção do processo sem resolução do mérito (art. 303, § 2º CPC).

Neste sentido, Elpídio Donizete (2017, p. 568) afirma que:

Não realizado o aditamento, o processo será extinto sem resolução de mérito (art. 300, § 2º), cessando-se *ipso iure* a eficácia da tutela antecipada concedida. O caso é de falta de interesse superveniente tácito. Quem não adita a petição inicial, inclusive reiterando o pedido de tutela final, é porque dela se desinteressou.

De modo diverso, se o juiz entender que não há elementos que evidenciem a concessão da medida, ou seja, não se convença da verossimilhança das alegações ou do perigo de dano, este não indeferirá a petição de plano, mas sim determinará a intimação do autor para que emende à inicial em até 5 dias, sob pena de indeferimento e julgamento da decisão sem resolução de mérito (art. 303, § 6º). O que se dá por acrescer à petição inicial, novos elementos de fato e direito, a fim de convencer o juiz de que a medida pleiteada é caso de concessão.

Segundo Fredie Didier (2016, p. 615), “A emenda da inicial é necessária para que o autor complemente sua causa de pedir, confirme seu pedido de tutela definitiva e traga documentos indispensáveis à propositura da demanda ainda ausentes”.

Aditada ou emendada a petição inicial, independentemente de ter sido concedida ou não, a tutela provisória, encerra-se, por assim dizer, o procedimento antecedente e inicia-se o procedimento comum, sendo o réu citado e intimado para a audiência de conciliação ou mediação (CPC/2015, artigos. 303, §1º, II, e 334). Não havendo acordo, contar-se-á o prazo de 15 (quinze dias) para apresentar contestação (artigo 335, I).

Desta forma, não há qualquer inconstitucionalidade em usar o procedimento abreviado, pois a tutela concedida com base em cognição sumária não obsta a possibilidade de obtenção de decisão de mérito pautada em cognição exauriente e com aptidão de imutabilidade.

Contudo, uma vez concedida à pretensão jurisdicional na forma antecedente e não for interposto o respectivo recurso pelo réu, a tutela se torna estável (artigo 304). Para muitos autores o respectivo recurso seria o agravo de instrumento (artigo 1.015 do CPC/2015).

Cassio Scarpinella Bueno et al. (2017, p. 43), entende que qualquer meio de impugnação por parte do réu, como sua contestação, seria meio para obstar a ocorrência da estabilização da tutela.

Após divergências doutrinárias a respeito do meio de impugnação, a terceira turma do STJ (Supremo Tribunal de Justiça) em recente posicionamento, decidiu por unanimidade, que o artigo 304 deve ser interpretado de forma extensiva.

RECURSO ESPECIAL N 1.760.966/SP. PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE. ARTS.303 E 304 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE REVOGOU A DECISÃO CONCESSIVA DA TUTELA, APÓS A APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO PELO RÉU, A DESPEITO DA AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRETENDIDA ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA. IMPOSSIBILIDADE. EFETIVA IMPUGNAÇÃO DO RÉU. NECESSIDADE DE PROSEGUIMENTO DO FEITO. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

Por essa razão, embora o artigo 304 seja claro ao expressar a palavra “recurso”, a leitura deve se basear em interpretação sistemática e teleológica do instituto. O artigo disse menos do que deveria dizer e se porventura o réu não interponha o respectivo recurso, mas se antecipe por meio de contestação, refutando os pedidos trazidos na inicial, não ocorrerá a estabilização.

5 A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE E A COISA JULGADA.

A estabilização da tutela configura técnica recente que o Novo Código de Processo Civil de 2015 preconiza e que gera celeuma entre doutrinadores e operadores do direito.

Nesta esteira, conceituando o instituto, Alvim (2017, p. 207) declara que: “A estabilização da tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente, consiste na conservação autônoma da tutela provisória, independentemente da discussão do mérito, permitindo às partes a fruição dos efeitos práticos obtidos”.

Faz-se mister explanar, que a estabilização é um benefício, uma vantagem para o autor, pois concede a possibilidade de eternizar os efeitos de uma medida nascida provisoriamente em cognição sumária. Desse modo, a tutela conservará seus efeitos práticos, mesmo após a extinção do processo e independentemente do aprofundamento da lide.

O instituto da estabilização fora inspirado no ordenamento civil francês (*référé*) e italiano. Conforme Alvim (2017) o mais interessante no primeiro instituto é o fato de que na decisão proferida pelo *juge du référé*, as partes têm a possibilidade de satisfazer as necessidades praticas sem o exaurimento da questão. Entretanto, nada impede que o mérito seja discutido futuramente, o que pode ser feito a qualquer tempo, pois não há a formação de coisa julgada material. O outro instituto se faz semelhante.

Na preleção do artigo 304, caput do Código de Processo Civil, “A tutela antecipada, concedida nos termos do artigo 303, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso”.

Logo, após a estabilização da tutela, o processo será extinto e a decisão que a concedeu, conservará seus efeitos enquanto não for revista, reformada ou invalidada. Qualquer uma das partes poderá, dentro de até dois anos (decadencial), contados da ciência da decisão que extinguiu o processo (intimação), propor ação autônoma (art. 304, §§ 2º e 5º, CPC). Transcorrido dois anos sem a propositura da ação pelas partes, os efeitos da aludida decisão são estabilizados. A partir desse momento indaga se há coisa julgada ou não.

Para adentrar na discussão faz-se necessário conceituar coisa julgada que para o douto Didier Jr., Braga e Oliveira (2003 p.21-22):

A coisa julgada é instituto jurídico que integra o conteúdo do direito fundamental à segurança jurídica, assegurado em todo Estado Democrático de Direito, encontrando consagração expressa, em nosso ordenamento, no art. 5º, XXXVI, CF. Garante ao jurisdicionado que a decisão final dada a sua demanda será definitiva, não podendo ser rediscutida, alterada ou desrespeitada – seja pelas partes, seja pelo próprio poder.

A lei infraconstitucional dispõe sobre o assunto, no artigo 502 do CPC/2015 preleciona: “denomina-se coisa julgada material a autoridade que se torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso”. Portanto, trata-se de status que passa a gozar a decisão após o trânsito em julgado.

Dos conceitos explanados permite-se extrair duas modalidades de coisa julgada: a material e formal. A primeira tem efeito extraprocessual, revestindo a decisão de imutabilidade e de rediscussão em outro processo. A segunda impede a rediscussão do

conteúdo dentro do mesmo processo, nada impedindo que se proponha nova demanda idêntica.

Para Eduardo Talamini (2005, p.54), há condicionamento da coisa julgada ao exaurimento da cognição, assim expõe que:

Outro parâmetro fundamental para a atribuição da coisa julgada é a presença de cognição exauriente. O instituto, que tem por essência a imutabilidade, é constitucionalmente incompatível com decisão proferida com base em cognição superficial e, por isso mesmo, provisória, sujeita a confirmação. Há uma vinculação constitucional da coisa julgada à cognição exauriente.

Corroborando com essa ideia, Theodoro Júnior (2015, p. 674, *grifo nosso*) aduz que as partes podem se contentar com uma decisão sumária, sem força de coisa julgada, sendo assim:

Percebe-se que foi acolhida a ideia denominada genericamente de tutela sumária, em que se admite que a decisão de cognição não exauriente, que contém a antecipação de tutela, possa ter força para resolver a crise de direito material por si só, independentemente do desenvolvimento do pedido principal ou da ação principal em sede de processo de conhecimento de cognição plena. Com isso, a decisão proferida por meio de antecipação de tutela, no âmbito do procedimento preparatório, por opção dos próprios interessados, pode produzir seus efeitos sem depender de instauração do processo de conhecimento de cognição plena. São as partes mesmas que se mostram não interessadas no efeito da coisa julgada material. Se ficam satisfeitas com a decisão antecipatória, baseada em cognição sumária, **sem força de coisa julgada**, mas com potencial para resolver a crise de direito material, não se mostra conveniente obrigá-las a prosseguir no processo, para obter a decisão de cognição plena. Colocam-se à disposição das partes, ao lado do processo de conhecimento clássico, mais longo e hábil a operar a coisa julgada, procedimentos mais céleres, fundados em forma diversa de cognição, como a sumária, e voltados para a solução da crise de direito material, mas sem cogitar da definitividade da *res iudicata*.

Em sentido contraposto, Redondo (2015), afirma que os autores que se valem desse argumento, de que somente faz coisa julgada uma cognição exauriente, possuem pensamento clássico. O conceito de cognição exauriente é tema controvertido na doutrina, sendo que muitos doutrinadores consideram ser algo típico de qualquer sentença, seja ela terminativa ou satisfatória, sendo mero juízo de certeza. Outros entendem que exauriente é o que resolve o direito material. Para Redondo (2015), a tutela antecipada antecedente quando concedida é inegavelmente decisão de mérito, pois reconhece e concede o direito material (art. 487, I do CPC), sendo, portanto capaz de formar a *res judicata*.

Redondo (2015) explicita que: Sentença terminativa (art.485 CPC) sem resolução de mérito consiste em decisão que extingue o processo por vício processual invencível. Ocorre que, no artigo 304 do CPC, inexistente vício e tampouco devem ser cessados os efeitos da tutela.

Por esse motivo, a sentença que extingue o processo deve ser definitiva, pois teve o condão de resolver por ora o direito material, em que houvera reconhecimento e acolhimento do pedido do autor.

Exponentes processualistas, como Didier Jr., Braga e Oliveira (2015, p. 606), acreditam que:

Além disso, após os dois anos para a propositura da ação para reformar, rever ou invalidar a decisão que concedeu a tutela provisória, os efeitos se tornam estáveis. Esses efeitos são estabilizados, mas apenas eles – a coisa julgada, por sua vez, recai sobre o conteúdo da decisão, não sobre seus efeitos; é o conteúdo, não a eficácia, que se torna indiscutível com a coisa julgada.

Complementando o posicionamento supracitado, Alvim (2017, p. 247) exemplifica:

A e B celebram contrato de venda e compra de certo automóvel, cuja entrega é recusada por B – vendedor. Diante disso, A, que se acha na iminência de realizar uma viagem, em que pretende usar o veículo, requer a concessão de tutela antecipada em caráter antecedente, afim de que o réu se determine a entrega do carro. Concedida a tutela e não interposto o recurso, torna-se estável a decisão antecipatória de tutela. Imagine-se, então, que, após 2 anos da intimação da sentença que extingue o processo, B, réu naquela demanda, propõe ação visando à anulação de tal negócio jurídico. É possível que tal ação seja proposta, mas temos presente que os efeitos antecipados em benefício de A, ainda que venham a ser contrários à decisão de mérito proferida após os dois anos, anulando, v.g., o negócio jurídico de venda e compra, não mais poderão ser atingidos dentro de 2 anos da intimação da sentença que declara a estabilização e extingue o processo.

Referida corrente doutrinária defende que, como não há coisa julgada material sobre o conteúdo da decisão, e estabilização sobre os efeitos, seria possível, portanto, a propositura de nova demanda após dois anos para a rediscussão do direito material (conteúdo), todavia, os efeitos não poderiam ser modificados.

A de se convir, portanto, que não faria sentido lei rígida, no sentido de propor ação específica em prazo decadencial de 2 anos e após esse prazo ainda ser concedida chance para nova ação. E ainda, por qual motivo se proporia uma nova demanda para mudança do direito material (bem da vida), se os efeitos não pudessem ser alterados. Isso porque, se o direito material abdicado posteriormente em uma nova demanda é contrário à decisão originária (tutela antecedente), ou seja, é desfavorável ao autor, do que adiantaria, já que os efeitos não seriam modificados.

Em sentido contrário, Redondo (2015, p. 297) defende existir coisa julgada, explicando que:

É nesse sentido que o referido dispositivo diz que não há coisa julgada, “[...], mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes, nos termos do § 2º deste artigo. ” A referência a não formação da coisa julgada, acompanhada do advérbio, “mas” conectado ao trecho seguinte, que diz que a estabilidade pode ser afastada pela ação de modificação, esclarecem que a referência que o §6º (a inexistência de coisa julgada) restringe-se ao período em que a ação de modificação pode ser proposta, isto é, dentro dos 2 anos após a extinção do processo.

Redondo (2015), afirma que o propósito verdadeiro do § 6º do artigo 304 ao aduzir que não há coisa julgada, na verdade refere-se ao momento após a concessão da tutela antecipada antecedente e anteriormente ao processo autônomo de 2 anos que as partes gozam para rever, reformar ou invalidar a decisão, tanto que a ação é autônoma e não a rescisória.

Segundo afirmam Marinoni, Arenhart e Mitidiero (2015, p.218) não há como igualar os efeitos de um processo sumário, cuja decisão é baseada na probabilidade de direito com o processo comum, o qual contempla o contraditório e a ampla defesa, ofenderia a ordem constitucional:

Essa opção do legislador, portanto, remete ao problema de saber qual é a função do processo civil no Estado Constitucional. Somente a partir dessa perspectiva será possível analisar se semelhante opção é suportada pela nossa ordem constitucional. Sendo a obtenção de uma decisão justa uma das finalidades do processo civil no Estado Constitucional, o que remete para a necessidade de construirmos procedimentos orientados a sua busca, parece-nos que a limitação do direito ao contraditório e do direito à prova ínsita à sumarização procedimental e material da ação antecedente atua em sentido contrário à busca por uma decisão justa – e, pois, desmente uma das razões de ser da necessidade de um processo justo. A eficácia bloqueadora do direito fundamental ao processo justo, portanto, impede que se tenha como constitucional a formação da coisa julgada na tutela antecipada requerida de forma antecedente no caso de transcurso do prazo legal sem o exaurimento da cognição.

Portanto, a estabilização constitui instituto novo, que não encontra precedente no direito brasileiro, gerando grande celeuma entre doutrinadores e longe de se alcançar a pacificidade.

5.1 PRESSUPOSTOS DA ESTABILIZAÇÃO:

Diante a inércia do réu, a estabilização da tutela tem como objetivo oferecer resultados imediatos e efetivos à demanda pretendida pelo autor, possibilitando segurança jurídica em processo sumário.

Adentrando aos pressupostos necessários a estabilização, verifica-se:

1 – Só será possível a estabilização se requerida e concedida em caráter antecedente (art. 303 § 5º CPC). Isso porque a estabilização só é possível em procedimentos sumários, prévios e simplificados e em razão da urgência. Porquanto, não faz sentido a estabilização se concretizar em uma tutela em curso (incidental). Se tratando de tutela de urgência cautelar, não cabe estabilização, pois esta tem índole conservativa até o findar do processo.

2 – Que o autor da demanda processual tenha pleiteado expressamente a estabilização ou manifestado desinteresse em prosseguir com a demanda processual.

Se o autor declara que pretende valer-se do benefício do artigo 303, § 5º do CPC, subentende-se que estará satisfeito com a estabilização. Vislumbra-se o princípio da bilateralidade da audiência, em que o réu não pode ser surpreendido, e temendo os custos processuais de uma cognição exauriente e convicto de que o autor se contentará com a cognição abreviada, caberá apenas a ele a escolha de interpor recurso ou não.

3 – Que o réu não tenha interposto recurso ou impugnado a decisão que deferiu a tutela provisória antecipada antecedente. (Pressuposto negativo).

A estabilização está condicionada a ação do réu e como exposto alhures e já decidido pelo STJ, a simples manifestação de discordância seria suficiente para justificar a continuidade do processo. A estabilização ocorre se ambas as partes se desinteressam da discussão.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a técnica processual da estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente introduzida pelo Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista as

várias correntes doutrinárias que versam sobre o assunto e verificar se a natureza jurídica da mesma, ao final do transcurso dos 02 anos, sem a proposição da ação que visa rever, reformar ou invalidar a decisão, tem natureza de coisa julgada ou não.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar se o acesso à justiça é sinônimo de efetividade na prestação jurisdicional, bem como, apresentar as espécies de tutela provisória (gênero);
- Discorrer minuciosamente sobre a tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente;
- Verificar os pressupostos necessários para a configuração da estabilização da tutela provisória requerida em caráter antecedente;
- Compreender o que vem a ser coisa julgada material e formal e auferir quais benefícios o instituto da estabilização alcança em relação à celeridade processual e a segurança jurídica.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme Marconi e Lakatos (2010, p. 62): “Ciência é uma sistematização de conhecimentos, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar”.

Tendo em vista o caráter científico desta pesquisa foi utilizado como meio de conhecimento acerca do assunto proposto, a pesquisa exploratória, a qual buscou maior familiarização com o tema, procurando elucidar os apontamentos concernentes ao mesmo, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008) parte de um material já elaborado, formado principalmente de livros e de artigos científicos de boa procedência. Foi utilizado também, conjunto de fontes, como doutrinas, artigos científicos publicados, dissertações e teses, materiais impressos ou disponibilizados nos meios eletrônicos.

Como vertente da pesquisa bibliográfica, também foi empregada a pesquisa documental, que para Marconi e Lakatos (2010, p.155), se caracteriza pela “fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes

primárias”. Portanto, são leis, sentenças, acórdãos, jurisprudências, jornais, gravações, filmes etc.

O método utilizado na pesquisa em questão fora o hermenêutico, afim de, confirmar alguma das hipóteses apontadas.

8 RESULTADOS/ANÁLISES E DISCUSSÃO

Após exposição generalizada sobre o assunto em comento e devidas opiniões doutrinárias, faz-se necessário confrontar a estabilização da tutela antecipada antecedente e a coisa julgada, tema de maior relevância e razão desta pesquisa.

Conforme apontado alhures, a coisa julgada é instituto garantido na Constituição de 1988, bem como, na norma infraconstitucional. Para que o litígio ou a crise de direito material não seja discutida *ad eternum*, a coisa julgada trouxe aos jurisdicionados a definitividade de suas pretensões, garantindo o princípio da segurança jurídica.

Conforme exposto em linhas pretéritas, o magistrado pode conceder (*inaudita altera parte*), a tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente, conforme o artigo 303 do CPC. Caso o réu não impugne a decisão, os efeitos desta se tornam estáveis art. 304 do CPC e há a extinção do processo. Abre-se prazo de 2 anos para as partes ajuizarem ação autônoma com o condão de rever, reformar ou invalidar a decisão. Após esse período é acentuada a discussão em torno da coisa julgada.

É dominante na doutrina a recusa da estabilização frente à coisa julgada, após o biênio. A coisa julgada necessita de processo de cognição plena, que seja capaz de resolver o mérito. Não há como haver coisa julgada em procedimento baseado em cognição sumária e na probabilidade do direito. (Talamine 2007).

Insta destacar que, seria inconstitucional comparar os efeitos de uma tutela concedida sumariamente, baseada na verossimilhança das alegações a coisa julgada material, esta que se dá em processo em cognição exauriente, com ampla defesa e contraditório (Marinoni, Arenhart e Mitidiero, 2015). Neste diapasão, Redondo (2015), acredita que se trata de explicação para posicionamentos clássicos, posto que a doutrina moderna considera exauriente a cognição típica de qualquer sentença.

A decisão que concede tutela antecipada antecedente não faz coisa julgada material em relação ao conteúdo, o qual poderá ser rediscutido após os dois anos em outro processo. O que não pode ser discutido, na verdade está relacionado com os efeitos da decisão, posto que esses são imutáveis pela estabilização. Didier Jr., Braga e Oliveira (2015)

Entretanto, Redondo (2015), afirma com muita precisão que a decisão que concede a tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente, uma vez estabilizada, faz coisa julgada, pois não pode ser rediscutida em outro processo. Mesmo se pudesse ser, modificando o conteúdo (direito material), automaticamente os efeitos que já foram estabilizados também alterariam, e conforme explanado, não podem sofrer mutação, visto que já foram estabilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valendo-se do estudo em questão, analisou-se a tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente, instituída pelo Novo Código de Processo Civil de 2015, a qual permite que a decisão que concede a demanda nos moldes do art. 303, se torne estável, abrindo prazo de dois anos decadenciais para que ambas as partes ajuízem ação com intuito de rever, reformar ou invalidar o provimento jurisdicional de outrora.

A priori, constatou-se que os princípios da duração razoável do processo, do direito de ação, do devido processo legal são direitos fundamentais em um Estado Democrático de direito. Por alegado motivo, o Novo CPC buscou harmonizar e consolidar tais garantias ao processo civil de forma a efetivá-las aos jurisdicionados. E ainda, justificado pela vastidão de demandas processuais que crescem de forma recorrente no âmbito do judiciário, o legislador aprimorou o ordenamento trazendo técnicas que objetivem a celeridade sem dispor da segurança jurídica.

O novel instituto processual da estabilização da tutela se inspira no direito Francês e Italiano e busca atingir os mesmos objetivos do direito europeu, cuja finalidade é a diminuição da carga de trabalho dos tribunais, viabilizando a obtenção de resultados práticos a partir da inércia do réu, para situações de urgência. Não faria sentido um provimento urgente passar pelo mesmo rito de um procedimento de cognição exauriente.

Para que ocorra a estabilização, se faz necessário, o pedido do autor pela tutela de urgência antecipada em caráter antecedente, o deferimento judicial e a inércia do réu.

Desse modo, transcorridos dois anos de prazo para a ação de revogação, a estabilidade alcançada assemelha-se a coisa julgada. Entretanto, referida força advém de opção política cuja aspiração decorre do direito alienígena.

Portanto, em resposta a problemática, constata-se que, levando em consideração as diversas correntes doutrinárias que versam sobre o assunto e suas divergências, que há vasto campo para discussão do tema. Todavia, por ora, compreende-se que a natureza jurídica da estabilização trata de instituto peculiar, ou seja, de uma figura *sui generis*, e atípica que adquire estabilidade mais sólida que a coisa julgada, em procedimento sumário, tornando não só os efeitos da decisão estáveis, como também seu conteúdo.

THE STABILIZATION OF THE PROVISIONAL PREVIOUS EMERGENCY GUARANTEE REQUIRED IN A BACKGROUND CHARACTER

ABSTRACT

The new Code of Civil Procedure, Law 13.105 / 2015, presents significant procedural innovations with the primary purpose of ensuring respect for the fundamental rights established in the Federal Constitution of 1988, being essential and basic to the human being, as well as the principles concerning the proceedings, such as the reasonable duration of the proceedings, legal certainty and effectiveness. The objective of this study is to analyze the novel institute of stabilization of early protection granted in an antecedent character, instituted by the New Code of Civil Procedure (Law no. 13.105 / 2015), as well as to verify if the legal nature of the same, if the thing judged. Aiming to investigate the subject, it is necessary to discuss the provisional protection (gender) and its species, the characteristics of the stabilization and also the consequent procedural effects that can be perceived. For the accomplishment of this scientific investigation will be used as instrument of knowledge about the subject, the bibliographical research, specific doctrines and jurisprudence of the courts.

Keywords: New Code of Civil Procedure. Advance guardianship in antecedent character. Stabilization. Thingjudged.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Eduardo Arruda. *Tutela Provisória*. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Anne Joyce Angher. Editora Rideel, 2015.
- BUENO, Cassio Scarpinella. Et al. *Tutela Provisória no CPC: dos 20 anos de vigência do art. 273 do CPC/1973 ao CPC/2015*. São Paulo: Saraiva educação, 2018.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Porto Alegre: Fabris, 2002.
- CARNELUTTI, Francesco. *Apud CARREIRA ALVIM, J.E. Tutela Antecipada na Reforma Processual*. Rio de Janeiro: Destaque, 1995, p. 6.
- CF.ZAVASCKI. *Antecipação de tutela e colisão de direitos fundamentais*, in Wambier (org.), repertório de doutrina e jurisprudência sobre liminares. São Paulo: Revista dos tribunais, 1995.
- DIDIER JÚNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de direito processual civil*. Salvador: Editora jusPODIVM, 2012.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *Nova era do processo civil*. São Paulo: Malheiros, 2004.
- DONIZETE, Elpídio. *Curso didático de direito processual civil*. São Paulo: Atlas, 2017.
- JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARINONI, Luiz Guilherme. *Abuso de defesa e parte incontroversa da demanda*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Curso de Processo Civil*. São Paulo: RT, 2015.
- MONTENEGRO FILHO, Misael. *Novo Código de Processo Civil comentado*. 3º ed. Rev. E atual. São Paulo: Atlas, 2018.
- NERY JUNIOR. Nelson e NERY. Rosa. *Comentários ao Código de Processo Civil – novo CPC – Lei 13.105/2015*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- NEVES, Daniel Amorim Assunção. *Manual de direito processual civil*. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.
- Novo Código de Processo Civil*. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Anne Joyce Angher. Editora Rideel, 2015.

OLIVEIRA NETO, Olavo de; MEDEIROS NETO, Elias Marques de; OLIVEIRA, Patrícia Elias Cozzolino de. *Curso de direito processual civil*. 1º ed. Vol. I. São Paulo: Verbatim, 2015.

REDONDO, Bruno Garcia. Estabilização, modificação e negociação da tutela de urgência antecipada antecedente: principais controvérsias. *Revista de processo*, São Paulo: RT, 2015, p. 167 – 194.

SAMPAIO JUNIOR, José Herval. *Processo constitucional: nova concepção de jurisdição*. São Paulo: Método, 2008.

TALAMINE, Eduardo. Tutela Provisória no novo CPC: panorama geral. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI236728,81042-Tutela+provisoria+no+novo+CPC+panorama+geral>. Acesso em 25/05/2019.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Curso avançado de processo civil: Cognição jurisdicional (processo comum de conhecimento e tutela provisória)*. São Paulo: Revista dos tribunais, 2016.